

A CONSTITUIÇÃO DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO TIMORENSE: O DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS SOCIAIS DA LEITURA E DA ESCRITA

OLIVEIRA, Letezia da Silva¹
SANTOS, Záira Bomfante dos²
MENDES, Maurício Teixeira³

RESUMO

Este projeto de pesquisa está focado na importância da compreensão e expressão escrita em português no contexto educacional de Timor-Leste. O objetivo geral é investigar como se constitui o ensino da Língua Portuguesa na educação básica do país, com foco nos desafios da leitura e escrita. A metodologia delineada é de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, combinando análise documental de currículos do contexto timorense, as Lei Bases de Educação e diretrizes oficiais além de entrevistas semiestruturadas aos professores do ensino fundamental ou Ensino Básico Central (EBC) do terceiro ciclo. O estudo visa compreender como as diretrizes oficiais são interpretadas e aplicadas pelos docentes, destacando a escrita como uma competência central em articulação com a leitura e a oralidade. Nos ancoraremos nos referencias como: Antunes (2003), Ribeiro e Coscarelli (2023), Passarelli (2012) e Street (2014). O texto enfatiza a necessidade de seguir princípios éticos rigorosos em todas as fases da investigação, garantindo a confidencialidade e o respeito pelos participantes. Por fim, a metodologia prevê a análise de conteúdo das entrevistas e documentos.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa. Leitura. Escrita. Contexto Timorense.

1. INTRODUÇÃO

Propomos para o tema do nosso trabalho “a constituição do ensino de língua portuguesa no contexto timorense: o desenvolvimento das práticas sociais

¹ Aluna do Mestrado em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: letezia.oliveira@edu.ufes.br

² Professora do Programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica do Centro Universitário Norte do Espírito Santo. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: zaira.santos@ufes.br

³ Professor Doutor em Estudos de Linguagens e professor do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG). E-mail: mauricioedocampo@gmail.com

da leitura e da escrita". Escolhemos este tema porque no meu curso de licenciatura encontramos muitas dificuldades dos alunos para o uso das práticas sociais de leitura e escrita de língua portuguesa no contexto de timorense, principalmente no ensino fundamental e ensino médio das escolas públicas. Propomos fazer uma análise do ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste, observando os desafios e as possibilidades que existem nas aulas. Também vamos verificar como os currículos do ensino básico³, especialmente no terceiro ciclo⁴, são elaborados e aplicados no país.

A forma de ensinar e aprender a Língua Portuguesa, segundo Antunes (2003), permanece significativa atualmente, pois ela aponta que ensinar português apenas focando nas regras gramaticais não ajuda muito no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Essa ideia conecta com a ação de que muitos professores ainda não adotaram uma perspectiva de ensino de linguagem que parte do uso, ou seja, das práticas sociais, considerando o texto e os diferentes gêneros textuais como base para o ensino.

O desenvolvimento da escrita deve combinar a aquisição de competências específicas a aplicar pelo aluno no momento da produção textual, com o acesso às funções desempenhadas pela diversidade de textos, no seio de uma comunidade. Como afirma Antunes (p. 47) "a escrita é como uma das modalidades de uso da língua, ela existe para cumprir diferentes funções comunicativas, de maior ou menor relevância para a vida da comunidade." Ela constitui uma das dimensões centrais do ensino de língua portuguesa, em consonância com outras competências, como leitura, escrita e oralidade. Segundo Antunes (2003, p. 45), "a escrita é tão interativa, tão dialógica, dinâmica e negociável quanto a fala."

Contudo, a abordagem da língua frequentemente ocorre de forma desvinculada situações autênticas de uso, que contraria perspectiva interativa e o desenvolvimento das habilidades linguísticas e discursivas dos estudantes. De

³ Os ensinos em Timor-Leste organizam-se como: ensino pré-escolar, ensino básico (Filial e Central), ensino secundário (Geral e Técnica) e o ensino superior.

⁴ O ensino básico está estruturado em dois níveis institucionais: **Filial**, que abrange o 1º ciclo (EBF – do 1º ao 4º ano) e o 2º ciclo (EBF – 5º e 6º anos); e **Central**, correspondente ao 3º ciclo (EBC – do 7º ao 9º ano).

acordo com Antunes (2003, p. 47), “a integração da pessoa em seu grupo social passa pela participação linguística, passa pelo exercício da “voz”, que não deve ser calada, nem reprimida, mas, sim, promovida, estimulada e encorajada.”

Além disso, a atividade de escrever, embora pareça individual, possui uma dimensão social significativa, pois o escritor leva em conta o leitor, realiza escolhas na linguagem para assegurar a compreensão e constrói significado através dessa interação mediada pelo texto. E a escrita apesar de ser uma atividade individual, funciona como um diálogo, mesmo que seja através de palavras escritas.

O ensino de português precisa ajudar o aluno a desenvolver habilidades para usar a linguagem como uma prática social para se comunicar, refletir e participar na sociedade. As habilidades dos alunos que desenvolvem na aula de Língua Portuguesa como diz Antunes (2003, p 111), “as aulas de português seriam aulas de: falar, ouvir, ler e escrever textos em língua portuguesa dentro de uma distribuição e complexidade gradativas, atentando o professor para o desenvolvimento já conseguido pelos alunos no domínio de cada habilidade.” Isso acontece sobretudo no texto, então o texto é um ponto principal na aula de língua portuguesa.

Dentro na aula de uma língua a oralidade funciona melhor para os alunos compreendem e adaptar os que professores ensinam durante a aula. Como afirmar, Ministério da Educação (2010) define que:

Na oralidade, os alunos desenvolverão competências de fala e de escuta, enquanto aprendem que se fala para informar e pedir informações, relatar e descrever, explicar, convencer, exprimir e apreciar, e que se escuta para reproduzir e recontar, comentar e avaliar, seguir indicações, recolher e arquivar informações, (p. 4).

Logo, a oralidade, a leitura, a escrita e a gramática são elementos que estão sempre ligados no ensino de Língua Portuguesa. Trabalhamos cada um deles separado pode dificultar o aprendizado, mas quando eles são trabalhados juntos, o ensino fica mais interessante e mais completo.

Na mesma linha, Antunes (2003, p. 76), destaca o ensino de português como “uma aprendizagem das regularidades próprias da escrita acontece é no contacto com textos escritos, assim como a aprendizagem da fala aconteceu

com a exposição do aprendiz a experiências de oralidade.” Assim como uma criança aprende a falar ao ouvir as pessoas ao seu redor, o estudante aprende a escrever ao ler e ao observar os textos escritos.

Em português os alunos aprendem na gramática para desenvolver e melhorar as suas competências de uso escrito e oral da língua portuguesa dentro na sociedade em geral, segundo Antunes, (2003, p. 145). Nessa perspectiva, o Ministério da Educação, (2010, p. 9), indica que “os alunos aprendem a gramática da língua portuguesa não apenas para desenvolver suas competências de uso escrito e oral, mas também para ampliar o conhecimento sobre aspectos socioculturais”.

Assim, eles aprendem não só para entender, mas também para praticar o uso da língua em diferentes situações comunicativas. Por isso, segundo Antunes (2003, p. 96) argumenta que o ensino da gramática deve focar em noções e regras que sejam realmente relevantes, úteis e aplicáveis tanto para compreender quanto para usar a língua na vida social. Assim, o objetivo é ajudar os alunos a desenvolverem suas habilidades de comunicação e a se expressarem de forma mais eficaz, tanto na fala quanto na escrita.

Nesse contexto, trazemos as seguintes perguntas como: (a) Porque há dificuldades das práticas sociais ao uso das escritas e leituras em português no ensino-aprendizagem?; (b) Quais as metodologias, que os professores usam para construir essas competências/ práticas para os alunos no ensino básico?; (c) Como as práticas de leitura e escrita em língua portuguesa contribuem para o desenvolvimento das competências linguísticas dos alunos timorenses no ambiente escolar?

Partindo disso, esta pesquisa tem o objetivo geral como: investigar como se constitui o ensino da Língua Portuguesa, na educação básica, em Timor-Leste. E os objetivos específicos como: (a) identificar e analisar os principais documentos oficiais que orientam o ensino da língua portuguesa na educação básica do Timor-Leste. (b) compreender como os professores timorenses de ensino básico central do terceiro ciclo interpretam e aplicam essas diretrizes em suas práticas pedagógicas. (c) refletir sobre os desafios enfrentados no processo

de ensino-aprendizagem da língua portuguesa, especialmente no que se refere à proficiência em leitura e escrita.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A escrita é uma prática que envolve tanto a expressão de ideias quanto a interação com outras pessoas. Quando alguém desenvolve a habilidade de escrever, passa a entender melhor o que está fazendo, o que contribui para seu crescimento pessoal ao criar textos. Como aponta Antunes (2003, p. 46), “quem escreve, na verdade, escreve para alguém, ou seja, mantém um processo de troca com outra pessoa”.

De acordo com Oliveira, Ferreira e Ança (2011, p. 9), interpretar um texto escrito significa compreender diferentes tipos de textos produzidos com objetivos variados de comunicação e estilos diversos, relacionados a diferentes aspectos da vida social e abrangendo múltiplos gêneros e suportes diferentes.

Para esses autores, criar textos envolve construir enunciados com intenções distintas e formas variadas de registro. Isso exige o uso de características específicas de cada gênero textual, além de seguir as normas ortográficas e de pontuação. Assim, escrever bem depende do contexto social e histórico em que estamos inseridos, bem como das ideias e valores presentes na sociedade no momento da produção. Antunes (2003, p. 47) reforça essa ideia ao afirmar que “a escrita existe para desempenhar diferentes funções comunicativas, com maior ou menor importância para a vida da comunidade”.

O Guia do Professor do Ensino Básico Central (EBC) (2010 p. 10) indica que “a aula de Português é antes de tudo uma aula de língua, uma aula em que as práticas de comunicação oral e escrita têm um lugar central”. Nesse sentido, o processo de produção de sentido, ou o trabalho com a linguagem deve sempre partir de um texto ou serem uma sequência de um texto que ligado também no domínio da leitura, por isso, a escrita é uma competência que surge como uma atividade de prática, reflexão e repertório de ideias.

Para Koch e Elias (2012), afirmam que a escrita é uma atividade presente na vida das pessoas em diversas circunstâncias como, por exemplo, na

realização de tarefas escolares e acadêmicas, no ambiente de trabalho e na organização da própria vida pessoal. De acordo com, Antunes (2003):

A atividade da escrita é, então, uma atividade interativa de expressão, (ex- “para fora”, de manifestação verbal das ideias, informações, intenções, crenças ou dos sentimentos que queremos partilhar com alguém, para, de algum modo, interagir com ele. Ter o que dizer é, portanto, uma condição prévia para o êxito da atividade de escrever (p. 45).

Nesse sentido, segundo Koch e Elias, (2010) eles definem a escrita com muitas definições, como:

“À escrita é inspiração”; “escrita é uma atividade para alguns poucos privilegiados (aqueles que nascem com esse dom e se transforma em escritores transformados)”; “escrita é expressão do pensamento” no papel ou em outro suporte; “escrita é domínio de regras de língua”; “escrita é trabalho” que requer a utilização de diversas estratégias da parte do produtor (p. 17).

No entanto, uma reflexão mais aprofundada sobre essas ideias mostra que, embora sejam bastante comuns, essas visões acabam limitando a nossa compreensão da escrita como uma prática social. A escrita não deve ser vista apenas como um privilégio ou um talento, nem como algo simples de seguir regras. Ela é uma habilidade essencial para aprender e participar ativamente da cultura. Mesmo que qualquer pessoa possa escrever, essa possibilidade sempre depende do contexto em que ela está, das demandas do momento e dos recursos linguísticos e cognitivos que ela tem à disposição.

Os domínios da leitura e escrita são essenciais para aprender uma língua. Isso acontece porque, na hora de ensinar uma língua, o foco costuma estar no texto. Antes de falar, os alunos geralmente se apoiam nos conteúdos que aprendem na sala de aula, começando pela leitura. Como afirma Passarelli, (2012, p. 55), “a leitura é um elemento constitutivo do processo de produção da escrita por fornecer matéria-prima para a própria escrita: ter sobre o que escrever. A leitura também contribui para a constituição dos modelos: ter como escrever”.

Podemos dizer que a leitura é uma habilidade fundamental no processo de aprender uma língua porque, o texto precisa ser o ponto de partida para o trabalho com a linguagem. E através do texto sempre tem um papel importante,

porque ele não é algo isolado, mas é um meio de comunicação escritos. Como afirma Ribeiro e Coscarelli (2023, p. 30), “o texto como parte de uma situação comunicativa da qual participam pessoas e que, portanto, demanda a exploração de certas variantes e recursos linguísticos adequados à cena ou à situação comunicativa”.

No guia do Professor Ensino Básico Central (EBC) (2010, p. 6), a prática da escrita que desenvolverá nos alunos como “uma competência de produção de textos escritos com a intenção de inventar, criar, explicar, argumentar e analisar”. Então, aprender a escrever vai além de apenas memorizar regras. É também usar a linguagem de um jeito criativo, crítico e que facilite a comunicação. Este estudo vai explorar de que forma essas orientações são aplicadas no ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste, com foco especialmente no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita nas escolas de ensino fundamental.

Nessas perspectivas, a leitura e a escrita são fundamentais para o aprendizado da língua, pois representam o primeiro contato do estudante com ela e também sustentam a produção de textos. O texto, por sua vez, é o centro das práticas de linguagem, conectando sentidos em situações reais de comunicação. Por isso, escrever vai além de seguir regras; envolve desenvolver habilidades como criatividade, análise e argumentação. Diante disso, é importante entender como essas práticas são realmente aplicadas no ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste e de que maneira elas ajudam a fortalecer as habilidades de leitura e escrita dos alunos.

3. METODOLOGIA

Este estudo segue uma abordagem qualitativa, que é exploratória e descritiva, baseada na análise de documentos e na realização de entrevistas. Como afirma Paiva (2019), a pesquisa qualitativa permite investigar fenômenos em seus contextos naturais, valorizando a perspectiva dos participantes. O objetivo é entender de que forma os documentos oficiais que orientam o ensino de língua portuguesa em Timor-Leste são interpretados e utilizados pelos professores na prática diária. Além disso, busca-se identificar como esses

documentos influenciam a visão dos docentes sobre o ensino. Essa metodologia é adequada ao contexto timorense porque permite não só analisar o conteúdo das normas, mas também compreender como os professores vivem, adaptam e aplicam essas orientações, levando em conta as particularidades históricas, linguísticas e culturais do país.

A escolha pelo método qualitativo se justifica porque o problema envolve interpretações, percepções e experiências dos professores em seus ambientes de trabalho reais. Assim, valoriza-se uma compreensão mais humanizada e contextualizada das práticas pedagógicas e das ideias dos docentes.

3.1 Participantes

Os participantes serão escolhidos entre os professores que atuarão na terceira fase do Ensino Fundamental da rede pública de Timor-Leste e que ensinarão Língua Portuguesa. Para participar, será necessário que o profissional esteja em exercício, com pelo menos dois anos de experiência, e que utilize o português como língua de ensino. Professores de outros níveis de ensino, que estiverem afastados ou não utilizarem o português em suas aulas, serão excluídos.

3.2 Coleta de dados

A coleta será feita em duas etapas: primeiro, serão analisados documentos oficiais do Ministério da Educação de Timor-Leste, como a Lei de Bases da Educação e o Currículo Nacional; depois, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com três professores, de forma remota. Essas entrevistas terão um roteiro flexível, permitindo que os participantes compartilhem suas percepções, dificuldades e estratégias relacionadas à implementação do currículo e ao desenvolvimento das habilidades de compreensão e expressão escrita.

3.3 Análise de dados

Os dados serão analisados usando a técnica de Análise de Conteúdo Bardin, (2011), que consiste em três etapas: pré-análise, categorização e

interpretação. As entrevistas serão gravadas, transcritas e organizadas com o auxílio de software *Atlas.ti*, que ajuda na classificação e codificação das informações. Ao comparar documentos oficiais com as falas dos professores, será possível identificar padrões, semelhanças e diferenças no ensino de português em Timor-Leste, mostrando como as práticas pedagógicas se aproximam ou divergem das orientações estabelecidas.

3.4 Princípios éticos

Os princípios éticos que orientam esta pesquisa seguem as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo, assegurando informação clara aos participantes, anonimato, liberdade de desistência e transparência quanto aos riscos e ao uso dos dados. Como enfatizam Severino (2013) e Paiva (2019), a ética não é um requisito acessório, mas a condição que legitima a própria prática investigativa, especialmente quando envolve interação direta com seres humanos. Essa perspectiva destaca que o pesquisador assume não apenas uma função técnica, mas também uma responsabilidade moral que impede qualquer forma de prejuízo aos participantes.

Prodanov e Freitas (2013) reforçam essa compreensão ao definirem a ética como a adoção de uma conduta moralmente correta em todas as etapas da investigação. Assim, a pesquisa ética não se limita ao cumprimento formal de normas, mas exige postura reflexiva, crítica e comprometida com o bem-estar coletivo. No caso específico deste estudo, que envolve professores timorenses e trata do ensino e aprendizagem da língua portuguesa, torna-se ainda mais essencial considerar as sensibilidades culturais e educacionais. Isso implica reconhecer que o respeito aos participantes deve orientar todas as decisões metodológicas, garantindo que a produção do conhecimento não reproduza assimetrias, mas promova práticas mais justas e contextualizadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditaremos que esta pesquisa ajudará a compreender melhor como o ensino de Língua Portuguesa será estruturado em Timor-Leste, especialmente

no que direcionará às práticas sociais de leitura e escrita. Esperaremos que a análise dos documentos oficiais e das atividades dos professores do terceiro ciclo do ensino básico mostrará de que forma as diretrizes curriculares serão interpretadas e colocadas em prática no dia a dia da escola.

Pretenderemos descobrir quais obstáculos dificultarão o trabalho dos professores na formação das habilidades de leitura e escrita dos estudantes, além de propormos alternativas para aprimorar o ensino da Língua Portuguesa nas escolas públicas do país. Essa pesquisa deverá mostrar como as atividades em sala de aula dialogarão com diferentes tipos de textos e com a ideia de usar a língua de forma social, além de indicar quais estratégias pedagógicas poderão ser mais eficazes para incentivar a escrita e a leitura crítica dos estudantes.

Por fim, esperar-se-á que os resultados contribuam com ideias tanto para a teoria quanto para a prática do ensino de português em contextos multilíngues e pós-coloniais. Além disso, pretender-se-á apoiar a formação de professores, orientar a elaboração de políticas educacionais mais adequadas e fortalecer a identidade nacional timorense por meio do valor atribuído à Língua Portuguesa no uso de leitura e escrita como práticas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, I. (2003). Aula de Português: encontro & interação. São Paulo: Parábola Editorial, Série Aula; 1., ISBN: 978-85-88456-15-0.
2. BARDIN, L. (2016). Análise de Conteúdo; tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
3. KOCH, I. G., & ELIAS, V. M. (2010). Ler e Escrever: estratégias de produção textual. São Paulo, SP: 2 ed.: Contexto 2010. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 20 set 2025.
4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, T.-L. (2010). Guia dos Professores: Português 3 ciclos do Ensino Básico. Timor-Leste: Ministério da Educação.
5. OLIVEIRA, A. L., FEREIRA, T., & ANÇÃ, M. H. (2011). Programa Português: 10 11 e 12 anos de escolaridade. República Democrática de Timor-Leste, Ministério da Educação: Esfera Crítica Unipessoal Lda. e Universidade de Aveiro.

6. PAIVA, V. L. (2019). Manual de pesquisa em estudos linguísticos. São Paulo: Parábola: 1. ed.
7. RIBEIRO, A. E., & COSCARELLI, C. V. (2023). Linguística Aplicada: Ensino de Português. São Paulo: Contexto 2023: 128 p. (Coleção Linguagem na Universidade). ISBN 978-65-5541-277-2.
8. SEVERINO, A. J. (2013). Metodologia do trabalho científico [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez: 1. ed. 1,0 MB; e-PUB.